

Quarta-feira

Teresina, 11 de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ ORÇAMENTO 2016

Governo e TJ não se entendem sobre valores de repasses

Governador se reuniu ontem com presidente do Tribunal de Justiça para discutir o Orçamento 2016.

LUDIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias e os secretários que compõem a equipe econômica se reuniram ontem com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-PI), desembargador Raimundo Eufrásio, para discutir os valores da proposta orçamentária para 2016, em tramitação na Assembleia Legislativa. A reunião foi no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça, mas governador e presidente do Judiciário não chegaram a entendimento sobre os repasses para o poder.

Raimundo Eufrásio pediu reajuste no valor do Orçamento que chega a R\$ 110 milhões, mas o governador só ofereceu R\$ 17,8 milhões de acréscimo. A proposta orçamentária do Estado para 2016 prevê receitas correntes de R\$ 9,363 bilhões e receitas brutas de R\$ 11,387 bilhões, um aumento de 7% em relação ao orçamento deste ano, que está em execução. A previsão é de aumento linear de 3,75% para cada um dos poderes. Pela proposta, o repasse para o Judiciário ficará em R\$ 459,48 milhões.

A proposta orçamentária prevê ainda R\$ 5,53 milhões para a Corregedoria de Justiça, R\$ 47,81 milhões para o Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário, e R\$ 554.600,00 para a Escola Judiciária. O governador admitiu ontem que o aumento pode chegar a 7%, mas Raimundo Eufrásio esperava pelo menos 21% de reajuste. O presidente do TJ-PI disse que vai conversar com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themistocles Filho, sobre o

orçamento, e depois terá uma reunião técnica com a equipe do governo novamente.

Raimundo Eufrásio afirmou que precisa de no mínimo de R\$ 100 milhões para manter o funcionamento do TJ-PI no próximo ano. Ele disse que o TJ precisa de 25 novos juizes e 650 servidores, e não tem dotação para bancar. Foi feito concurso público para 24 juizes e 180 servidores, que ele terá que convocar agora. Na reunião com os desembargadores, o governador Wellington Dias ficou sabendo que o Judiciário gasta 95% do orçamento com pessoal, pediu contenção e se

ofereceu para ajudar a realizar investimentos, mas com um orçamento menor.

"Há despesas, parcelas de planos de carreira e no caso do Tribunal de Justiça há a necessidade de contratação de juizes e servidores. O que a gente precisa é fazer com que essa responsabilidade se comporte dentro de um orçamento de possível execução em 2016", comentou o governador. "Nós temos investimentos que estão programados e que comportam na nossa capacidade de investimentos, e nós vamos fazer esses investimentos", complementou.

Foto: Fernando Castelo Branco / Asscom TJ-PI



GOVERNADOR WELLINGTON Dias e equipe com o presidente do Tribunal de Justiça: impasse sobre duodécimo do TJ

LÍDER EM CREDIBILIDADE

ODIA



Arimatéia Azevedo
arimateia@portalaz.com.br
@arimateiazevedo

portal 

Mais, mais

Vai custar R\$ 1,075 bilhão aos cofres estaduais do Piauí os gastos para manter no ano que vem o Judiciário, Legislativo (inclui o Tribunal de Contas) e o Ministério Público Estadual.

Mas as quatro instituições querem ampliação de gastos na ordem de até 46% sobre os valores deste ano.



Inscriva-se! - 10/11/2015 às 17h19

EGC realiza Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante em Pedro II

Curtir 8

Tweet 0

G+ 0

Compartilhar

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE), através da Escola de Gestão e Controle (EGC), realiza entre os dias 10 e 12 de dezembro, o XXV Seminário de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante na cidade de Pedro II. O curso que tem o apoio da Prefeitura de Pedro II, será realizado no Campus do Instituto Federal do Piauí (IFPI), e terá início às 17h, do dia 10, com o credenciamento dos participantes.

Palestras, debates e minicursos são ofertados a prefeitos, vereadores, servidores públicos, conselheiros municipais, profissionais liberais e a sociedade em geral. As palestras tem como conteúdo o conhecimento sobre o

Tribunal de Contas, falhas na prestação de contas, auditoria fiscal de controle externo, entre outros temas.

[Clique aqui e leia a matéria completa](#)

Fonte: Com informações do TCE/PI

Publicado Por: Sales Neto